
INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DAS PRODUÇÕES DE 2008 A 2018

COSTA, Maria Vilma Pontes da¹
FANTACINI, Renata Andrea Fernandes²
LESSA, Tatiane Cristina Rodrigues³

Recebido em: 2018.06.30

Aprovado em: 2018.08.07

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.3023

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento de produções dos últimos 10 anos acerca da Educação Inclusiva no Ensino Superior, mostrando o quanto é importante o papel das IES, que tem o papel de proporcionar as pessoas com deficiência um processo educacional justo e democrático, visando a elaboração de políticas de inclusão, tanto no espaço arquitetônico quanto pedagógico, garantindo nesse sentido, condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência nas universidades. Assim, com base em dados recentes do Ministério da Educação, o trabalho justifica-se pela necessidade de ações e políticas educacionais que contemplem o Ensino superior com um olhar atento à diversidade humana. A metodologia usada foi a revisão de artigos encontrados nas revistas: Revista Educação Especial (UFES) e Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) de 2008 a 2018. Dos artigos publicados nesse período foram encontrados e selecionados 10 trabalhos, que tinham como tema a Inclusão das Pessoas com Deficiência no Ensino Superior, mostrando as políticas de inclusão e as necessidades de um projeto pedagógico e arquitetônico, além do preparo dos docentes para atenderem esses alunos com a qualidade de ensino adequada. Os resultados obtidos orientam a elaboração de ações inclusivas, como Núcleos de Acessibilidade nas IES, que têm como objetivo melhorar a acessibilidade e a inclusão dos alunos com deficiência nas universidades do país. Concluímos que é de suma importância a implementação de estudos e políticas educacionais que pautem a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras, possibilitando a oferta de um ensino de qualidade, com preparação adequada de gestores e docentes, garantindo o ensino/aprendizagem e futuramente o ingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Superior. Inclusão.

INCLUSION OF THE DISABLED PERSON IN HIGHER EDUCATION: ANALYSIS OF PRODUCTIONS FROM 2008 TO 2018

SUMMARY: The present work aims to show inclusive education in higher education, showing how important the role of IES, which has the role of providing people with disabilities a fair and democratic educational process, aiming at the elaboration of Inclusion policies, both in architectural and pedagogical space, guaranteeing in this sense, conditions of access and permanence of students with disabilities in universities. Thus, based on data such as Brazil (2013), the work is justified by the need for actions and educational policies that contemplate higher education with a watchful eye for human diversity. The methodology used was the revision of articles found in the journals: Special Education magazine and Brazilian Journal of Special Education from 2008 to 2018. of the articles published during this period were found and selected 10 works, which had as theme the inclusion of people with disabilities in higher education, showing the policies of inclusion and the needs of a pedagogical and architectural project, in addition of the preparation of the teachers to attend these students with the proper quality of education. The results showed that, despite studies focused on higher education there is still a long way to go, such as the proper preparation of teachers and managers. It was concluded that since 1990 educational policies have been more attentive to higher education to people with disabilities, by deploying policies and actions that guarantee the right of access and permanence in the IES, and as much as there is still a long way to be pursued, a great step has already been given, and to see the diversity of each one, in order to offer a quality education, which prepares for life and the job market.

Keywords: Special education. Higher Education. Inclusion.

¹ Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ituverava

² Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

³ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

INTRODUÇÃO

A inclusão é um movimento, social e político que defende o direito de todas as pessoas a participarem da sociedade sendo respeitadas no que os diferenciam dos outros. Conforme Pereira (2016), no contexto educacional, a inclusão resguarda o direito dos estudantes a se desenvolverem e concretizarem suas potencialidades, apropriando-se das competências que lhes permitam exercer o seu direito por meio de uma educação de qualidade desde o início da educação infantil até o ensino superior.

Na década de 1990, começou a ser colocada em pauta a questão da inclusão, que trouxe um indicativo de que haveria mudança na forma de como a sociedade lida com as deficiências num todo.

Em 1990, em Jomtien, na Tailândia, foi realizada uma conferência internacional que possibilitou a elaboração da Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990), um documento que apresentou uma proposta educacional inclusiva. Essa Declaração, juntamente com a Declaração de Salamanca (1994) acrescentaram aos estudos científicos esforços para que se possibilitasse uma reflexão ao direito de incluir no sistema de ensino, todas as pessoas com deficiência, e de como elas poderiam se adequar melhor a vida em sociedade.

E a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, que teve aprovação na Conferência Mundial sobre Educação Superior, em 1998, dita as funções e objetivos do Ensino Superior, com ações e prioridades fundamentais para os sistemas institucionais de ensino. A declaração pauta a igualdade de acesso ao Ensino Superior (UNESCO, 1999). Já em 2006, para assegurar a acessibilidade às pessoas com deficiência aos meios físico, social, econômico e cultural, teve a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, com objetivo de reduzir tais dificuldades de acesso. O artigo XXIV especifica de forma clara o direito das pessoas com deficiência à educação superior. Entretanto, é imprescindível que os âmbitos educacionais se capacitem, com adaptações fundamentais e especifica para cada tipo de deficiência, além disso, tomar medidas para apoiar individualmente cada pessoa (ONU, 2006).

Compreendendo a importância da inclusão, é necessário pautar a necessidade de garantir a transição da Educação Especial desde o início, na Educação Infantil até o Ensino Superior; assim, garantindo a continuidade da aprendizagem nos níveis mais amplos do ensino. Nesse sentido, ressalta-se a importância da participação da família e da comunidade em geral, além de melhorias nos espaços físicos das instituições de ensino e de transportes, também, nos meios comunicativos, ampliando informações e articulando implementações de políticas públicas voltadas para a implementação de oportunidades (BRASIL, 2008). Seguindo essa afirmativa, é possível observar que, políticas com pautas inclusivas, vêm cada vez mais ocupando espaço em debates voltados as melhorias educacionais e refletem na trajetória da renovação democrática da educação, em todos os níveis educativos, principalmente, no Ensino Superior.

Ao abordar a inclusão no Ensino Superior, é preciso especificar leis e referenciais que, ao longo dos anos, foram importantes para garantir o acesso às pessoas com deficiência. Em 1996, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), organizou o Aviso Curricular nº 277, que solicitava uma política educacional adequada às pessoas com deficiência (BRASIL, 1996a). O documento, destinado aos reitores das IES, orientava para que se adequassem para permitir o acesso e inclusão ao público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior. Ainda em 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996b), porém, não especificou de forma clara como deveria ocorrer o processo de inclusão no Ensino Superior.

Em 1999, o Decreto nº 3.298/99, foi publicado e regulamentou a Lei nº 7.853/89, que dispunha sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e definia a “educação

especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular” (BRASIL, 1999, p.1, grifo nosso). E os documentos, também não discorreram de forma específica sobre a Inclusão no Ensino Superior, somente abordaram a Educação Especial em todas as modalidades de Ensino.

Já em 2001, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, através do seu 2º artigo, determinou que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001b).

Foi apenas em 2005, que as Instituições de Ensino Superior puderam ter acesso aos recursos para a estruturação de Núcleos de Acessibilidade, através dos editais do Programa de Acessibilidade ao Ensino Superior – Incluir (BRASIL, 2005), que em parceria com a Secretaria de Educação Superior, foi lançado com o objetivo de possibilitar a acessibilidade nas IES públicas. O programa apoiava projetos das IES para a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o que possibilitou o cumprimento do disposto no Decreto 5.296/2004, no Decreto 5.626/2005, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e no Decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009).

Entre 2005 e 2012, o MEC apoiou 300 projetos de criação e estruturação de Núcleos de Acessibilidade em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Através do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, foi instituído o Plano Viver sem Limite (BRASIL, 2011c), um Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de promover, através da integração e articulação de políticas, programas e o exercício do direito pleno das pessoas com deficiência. Através desse Plano, foi lançado pelo MEC, editais para que as Universidades Federais tivessem apoio para ampliar os Núcleos de Acessibilidade. O Programa Incluir (BRASIL, 2013a, p. 13-14), em seu Documento Orientador, propõe aos Núcleos de Acessibilidade: a) Infraestrutura. b) Currículo, comunicação e informação. c) Programas de extensão. d) Programas de pesquisa. (BRASIL, 2013a, p. 13). Ainda conforme o Documento, as IES devem garantir o acesso pleno em todas as atividades acadêmicas, considerando também, o Decreto nº 3.956/2011, que oficializou publicamente a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência (BRASIL, 2001).

Em 2012, foi elaborada a atualização do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (BRASIL, 2012), devido à preocupação com a acessibilidade de pessoas com deficiência. Em 2013, o MEC publicou um documento que foi nomeado como “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação In Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).” (BRASIL, 2013), cujo objetivo é “servir de subsídio para a ação dos avaliadores acerca de questões pertinentes à inclusão e à acessibilidade em seus diferentes níveis, de estudantes com necessidades de atendimento diferenciado” (BRASIL, 2013, p. 4). Esses referenciais explicam que “dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes” (BRASIL, 2013, p. 5). Foi após esses Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Sinaes (BRASIL, 2013b), que é oficialmente exigida nas IES (públicas e privadas) a organização de Núcleos de Acessibilidade “[...] a organização e implementação de Núcleos de Acessibilidade (NAs) para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação [...]” (BRASIL, 2013b, p. 13).

Aos gestores institucionais das IES cabe inserir a educação inclusiva em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e

implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES. (BRASIL, 2013b, p. 14).

É papel dos Gestores das IES garantir a inserção da Educação Inclusiva no Projeto Político Pedagógico (PPP), assim como os coordenadores devem inserir a proposta no desenvolvimento pedagógico dos cursos, devendo “estar articulado com a proposta curricular desenvolvida pelos docentes nos núcleos de acessibilidade (no caso das IES) se diferenciem das realizadas em sala de aula” (BRASIL, 2013b, p.17). Nesse sentido, é fundamental que as IES, estabeleçam políticas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência, promovendo acessibilidade no desenvolvimento da instituição e também nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições arquitetônicas e nos serviços de atendimento ao público (BRASIL, 2013b, p.12).

Assim, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica de artigos cuja temática relacionasse a Educação Especial e o Ensino Superior.

MÉTODO

A pesquisa proporciona uma revisão bibliográfica, cuja fonte de dados foram as revistas de Educação Especial: Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e Revista Educação Especial (UFSM) nas versões online, ambas com alto impacto científico no tema abordado.

Para apoio pedagógico ao tema escolhido, foram consideradas: 1) base de apoio em um dos artigos públicos por uma das revistas em questão; 2) Abordar a Educação Inclusiva e a Educação Especial.

Foi utilizado para a pesquisa um notebook HP core i5 e internet, onde foram feitas análise de dados e busca por trabalhos pautados na Educação Especial no Ensino Superior. Para a seleção dos artigos foram consideradas palavras chaves como Educação Especial nas IES, Histórico da Educação Inclusiva, Políticas voltadas para a Inclusão e Competência social como um todo.

Para a seleção dos artigos realizou-se a busca no site das revistas selecionadas conforme número e volume da publicação por meio das palavras chave Inclusão de Pessoas com deficiência no Ensino Superior. Essas palavras-chave eram buscadas no título e resumo dos artigos e, havendo os critérios de elegibilidade os artigos eram selecionados.

Ao buscar dados e artigos, mesmo sem as palavras chaves acima citadas, se fossem encontrados temas referentes ao assunto, eles eram selecionados para leitura e acréscimo de conhecimento na área especificada.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram encontrado, no levantamento realizado um total de dez artigos, sendo cinco na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e cinco na Revista de Educação (UFSM). A maioria dos artigos tratavam da competência dos gestores e professores frente à Educação Inclusiva de Deficientes na IES, além de porcentagens do crescimento de matrículas desde 1990, quando foi dada o pontapé inicial na elaboração de políticas inclusivas.

Abaixo, os 10 artigos selecionados foram apresentados de acordo com ano, título, autores e revistas publicadas.

Quadro 1. Artigos publicados nas Revistas Brasileira de Educação Especial (RBEE) e Revista Educação Especial (UFSM) com a temática de Inclusão de alunos com Deficiência no Ensino Superior.

ANO	TÍTULOS	AUTORES	REVISTAS
2008	Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas	Marilú Mourão Pereira	Revista Educação Especial (UFSM)
	Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru	Dionísia Aparecida Cusin Lamônica	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)
2009	Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior	Telma Brito Rocha; Theresinha Guimarães Miranda	Revista Educação Especial (UFSM)
2010	Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG.	Emerson Rodrigues Duarte; Maria Elisa Caputo Ferreira	Revista Educação Especial (UFSM)
2013	Estudo de Caso Sobre a Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior	Emerson Rodrigues Duarte; Carla Beatriz da Silva Rafael; Juliana Fernandes Figueiras; Clara Mockdece Neves; Maria Elisa Caputo Ferreira	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)
2014	Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras.	Sabrina Fernandes Castro; Maria Amélia Almeida	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)
2016	Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática	Rosamaria Reo Pereira; Simone Souza da Costa Silva; Rosana Assef Faciola; Fernando Augusto Ramos Pontes; Maély Ferreira Holanda Ramos	Revista Educação Especial (UFSM)
	<u>Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná.</u>	Hernestina da Silva Fiaux Mendes; Carmen Célia B. C. Bastos	Revista Educação Especial (UFSM)
	A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior	Ronaldo Queiroz de Oliveira; Silvana Maria de Barros de Oliveira; Natália Almeida de Oliveira; Maria Cristina Soares Figueiredo Trezza; Iara Barbosa Ramos; Daniel Antunes Freitas.	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)
	Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras.	Ana Paula Camilo Ciantelli; Lúcia Pereira Leite	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)

Fonte: Próprio autor.

Pelo Quadro 1 percebe-se a ausência de publicações relativas ao tema no ano de 2011. Também, nos anos de 2011, 2012, 2015, 2017 e 2018; a publicação de um artigo, no ano de 2009 e no ano 2010, a publicação de um artigo e no ano de 2013 e 2014, a publicação de três artigos no ano de 2016, sendo dois deles no mesmo número de revista. É válido lembrar que a periodicidade de publicação da revista é quadrimestral com 10 artigos em cada número.

A coleta de dados do estudo contou com técnicas de coleta diversificada, sendo elas:

Em 2008, Marilú Mourão Pereira publicou na Revista Educação Especial (UFESM) o estudo intitulado *Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas*; o estudo teve como objetivo compreender a implantação de cotas no Ensino Superior, como provável contribuição no processo de inclusão das pessoas com deficiência na Universidade. A metodologia utilizada foi do tipo qualitativo e os instrumentos utilizados. Além dos alunos com deficiência, este estudo teve como sujeitos alguns gestores que estiveram envolvidos com a temática da Universidade. Os resultados evidenciaram as dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem e a necessidade de ações específicas. A autora concluiu que a implantação de cotas, para alunos com deficiência, nessa universidade, está de acordo com os princípios constitucionais que garante o Direito das pessoas com deficiência.

O estudo de caso *Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru*, de Dionísia Aparecida Cusin Lamonica (2008), publicado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) teve como objetivo identificar, descrever e mapear as barreiras físicas encontradas no Campus da Universidade de São Paulo de Bauru, e apresentar intervenções realizadas no período de 2001 a 2005. A metodologia utilizada foi descritivo-quantitativo, com coletas de dados centradas nas condições arquitetônicas das três unidades que compõe esse campus. Os resultados mostraram que as intervenções realizadas contribuíram para a melhoria da acessibilidade das pessoas com deficiência no campus, concluindo assim, que favoreceram a utilização dos recursos existentes nesse âmbito público de ensino superior.

O artigo intitulado *Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior*, das autoras Rocha e Miranda (2009), publicado na Revista Educação Especial (UFESM) teve como objetivo analisar as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência na universidade federal. A metodologia utilizada foi quantitativa e com coletas de dados. Os resultados evidenciaram o despreparo tanto da Universidade quanto dos professores, para proporcionar um atendimento de qualidade que atenda a necessidade desses alunos. Nesse sentido, as autoras concluíram que a Universidade deve investir em uma política institucional para a elaboração de práticas inclusivas que beneficiem o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com deficiência.

O estudo de caso intitulado *Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG*, dos autores Duarte e Ferreira (2010), publicado na Revista Educação Especial (UFESM), teve como objetivo a necessidade contemporânea de estabelecer processos e métodos, em políticas educacionais que beneficiem o Ensino Superior, considerando à diversidade humana. Teve como metodologia um Survey, que possibilitou pesquisar os alunos com deficiência matriculados nas Instituições de Ensino Superior, na cidade de Juiz de Fora. O instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada aplicada aos coordenadores de cursos de dez Instituições de Ensino Superior (IESs) privada e de uma IES pública. Os autores concluíram com a pesquisa que inclusão nos cursos superiores em Juiz de Fora vem acontecendo. Na época da pesquisa, foram registradas a matrícula de 45 alunos com deficiência em processo de inclusão, sendo 82,2% na rede privada e 17,8% na rede pública.

O estudo de caso intitulado *Inclusão de Alunos com Deficiência no Ensino Superior*, dos autores Duarte et al (2013), publicado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), teve como objetivo

fazer um levantamento do número de alunos com deficiência no ensino superior em instituições públicas e privadas de Juiz de Fora (MG), evidenciando também a inserção de tal público nas políticas implementadas pelo governo federal, tais como: Pro-Uni, REUNI e o FIES. A metodologia utilizada foi a coleta de dados, contendo entrevistas como os coordenadores dos cursos de graduação, pois não foi encontrado nenhum documento oficial sobre o assunto abordado. Os resultados mostraram que o percentual de inclusão foi maior em IES privadas, a pública apresentou um valor de 0,07% de alunos especiais, enquanto as privadas possuíam cerca de 0,17% dos mesmos, tal resultado deve-se a diversas variantes, tais como: acesso, processo seletivo, falta de políticas de cotas para pessoas com deficiência, maior disponibilidade de cursos noturnos e melhores condições de financiamentos nas redes privadas. Por meio destes estudos os autores concluíram que é de grande importância a realização de estudos que pautem na ampliação de informações sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede de ensino brasileira, que possibilitaria o entendimento do processo de dificuldades, luta e superação desses alunos até a chegada ao Ensino Superior.

O estudo intitulado *Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras*, das autoras Castro e Almeida (2014), publicado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), teve como objetivo verificar as ações e iniciativas dos âmbitos universitários brasileiros em relação ao ingresso e permanência das pessoas com deficiência, para analisar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses alunos no dia a dia do ensino superior. O método utilizado foi uma pesquisa de campo, da qual participaram 12 Coordenadores de Serviço de Apoio e 30 alunos com deficiência de 13 universidades. Os resultados mostraram os grandes desafios para as universidades mediante o acesso dos alunos com deficiência: romper as barreiras; prever e prover condições de acessibilidade (física, pedagógica e comunicacional) e elaboração de alternativas para evitar práticas de exclusão por parte de docentes. Assim, as autoras concluíram que uma educação superior que valoriza a permanência do aluno com deficiência na universidade, necessita investir em ações, qualificação docente e arquitetônica. E principalmente, combater atitudes preconceituosas e inadequadas.

O estudo denominado *Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática*, de Pereira et al (2016), publicado na Revista Educação Especial (UFSM), teve como objetivo a análise de produção científica sobre a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Teve como metodologia a revisão sistemática da literatura na base de dados dos Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES entre o período de 2003 e 2013. Foram encontrados 22 artigos onde os resultados foram submetidos à técnica de análise e visualização de dados com grafos. Nesse sentido, os resultados foram fundamentais para orientar sobre a elaboração de práticas inclusivas. Concluiu então, que políticas voltadas para a inclusão fortalecem os serviços disponibilizados aos estudantes com deficiência, possibilitando um ensino de qualidade.

Em 2016 Mendes e Bastos, publicaram na Revista Educação Especial (UFSM), o estudo denominado *Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná*, tendo como objetivo analisar a inclusão dos estudantes com deficiência no Ensino Superior, principalmente em relação ao acesso, permanência e aprendizagem, procurando compreender o processo de inclusão nas instituições de ensino de Umuarama, Noroeste do Paraná. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativo-quantitativa, descritiva, analítica, que foram consideradas adequadas para compreender a vidas dos participantes da entrevista no dia a dia universitário, buscando compreender, por meio de análise de dados, os eixos norteadores do estudo. Os resultados apresentados mostraram que, ações de responsabilidades das IES ficaram na responsabilidade das famílias, que assumiram papéis fundamentais para que os estudantes com deficiência superem as dificuldades. Concluiu-se que o estímulo e compreensão por parte de docentes e amigos, são fatores fundamentais para a permanência nas IES.

O estudo intitulado *A inclusão de pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior*, de Oliveira et al (2016) publicado na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), trata-se de uma revisão integrativa para analisá-la a produção científica sobre educação no Ensino Superior. A metodologia utilizada foi baseada em 16 artigos, entre os anos de 2005 e 2014. Os resultados encontrados mostraram que ainda há muito que melhorar na educação inclusiva no ensino superior. Concluiu-se assim, que o tema referente à educação inclusiva é mais estudado em relação às crianças; os estudiosos, ao escreverem sobre as pessoas adultas com deficiência, pautam mais no assistencialismo e saúde e não na educação inclusiva no ensino superior.

Em 2016, Ciantelli e Leite, publicaram na Revista de Educação Especial (RBEE), o estudo denominado *Ações exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras*, teve como objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. Conforme o Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior, de 2005, tem o objetivo de promover o desenvolvimento de políticas institucionais de acessibilidade nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), buscando o pleno desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência e/ou mobilidade reduzida, assim o estudo traçou um panorama de ações desenvolvidas por núcleos de acessibilidade em prol das pessoas com deficiência nas IFES. A metodologia utilizada foi um formulário eletrônico, onde participaram os coordenadores dos Núcleos de Acessibilidade das IFES beneficiadas pelo Programa Incluir, 2013. As respostas foram categorizadas nos seguintes tópicos: estrutura física; estrutura humana; ajuda técnica. Foram levantadas as condições de acessibilidade nos âmbitos arquitetônicos, comunicacionais, instrumentais, metodológicos e programáticos. Os resultados obtidos identificaram ações realizadas pelos núcleos, que mostram que barreiras ainda precisam ser superadas, nesse sentido, concluíram que os estudantes com deficiência precisam de apoio e incentivo dos Núcleos de Acessibilidade, para que possam participar mais ativamente do contexto acadêmico, visando a permanência, o ensino/aprendizagem e à conclusão dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo do trabalho, apesar de grandes mudanças nas políticas voltadas para a Inclusão da pessoa com deficiência, ainda há muito que melhorar, para garantir o direito à acessibilidade, ao conhecimento, ao desenvolvimento e crescimento como um indivíduo apto para as relações em sociedade.

Mas, é importante frisar que os primeiros passos, de um longo caminho a ser percorrido, já foram dados, e que, aos poucos, melhorias serão apresentadas, principalmente no que se diz respeito à formação adequada para os gestores e docentes das Instituições de Ensino Superior, para que possam conhecer a especificidade de cada aluno e garantir um ensino de qualidade, preparando tanto pra vida, quanto para o mercado de trabalho.

Assim como apresentado ao longo do trabalho, vale ressaltar que as universidades, devem adequar-se ao aluno com deficiência, seja por meio de suporte pedagógico, quanto da estrutura física, para que nenhum direito seja violado, e que, o deficiente tenha a garantia de uma inclusão ampla de conhecimentos e aprendizagem.

O fato de muitas reformas políticas terem sido feitas ao longo da década, já deixa a esperança de que um dia, o deficiente não se sentirá “diferente” dos alunos considerados “normais”, mas sim, tratados de igual para igual. Desse modo, a fim de haver no país uma educação no ensino superior acessível para todos, é imprescindível investimentos em materiais pedagógicos, qualificação de docentes,

melhoria arquitetônica adequada para ingresso, acesso e permanência e, nas diversas instituições de ensino, e é necessário também, por parte dos gestores das IES, um olhar mais atento a qualquer forma de atitude discriminatória. Entretanto, é importante a implementação de políticas educacionais e de Núcleos de Acessibilidade, que pautem, em seus programas, como as universidades poderão buscar melhorias para atender os alunos com deficiência. Como afirmam Marques e Marques (2003, p. 237), é função social da universidade “mostrar com clareza as contradições sociais e propor alternativas concretas, pois é nesse contexto que está a perspectiva de incluir”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB: Lei nº 9.394 de 1996**. 9. Ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa incluir: acessibilidade na educação superior**. Documento orientador. Brasília, DF: SECADI/SESu, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluirpdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Superior. Edital n.º 3, de 26 de Abril de 2007. **Programa Incluir: acessibilidade na educação superior**. Brasília, DF: SEESP/SESU, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/editalincluir_mec.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 2001c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2001/decreto-3956-8-outubro-2001-332660publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6303.htm>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.611 de 17 de novembro 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011 a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 7.612 de 17 de novembro 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da Educação Superior. Censo da Educação Superior.** 2011b Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a distância.** 2012. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2012/instrumento_com_alteracoes_mai_12.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a distância.** 2016. Disponível em: <<http://cpa.ufsc.br/files/2017/02/InstrumentoCurso-2016.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep. Censo da Educação Superior. Brasília:** Inep, 2013c. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Aviso Curricular n. 277,** de 8 de maio de 1996. 1996a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

BRASIL. **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** 2013b. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 01 maio 2018.

CASTRO, S.F.de; ALMEIDA, M.A.. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. bras. educ. espec.**, Jun 2014, vol.20, no.2, p.179-194. ISSN 1413-6538

CIANTELLI, A.P.C. ; LEITE, L.P.. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Rev. bras. educ. espec.**, Set 2016, v.22, n.3, p.413-428. ISSN 1413-6538

DUARTE, E.R. et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2013, v.19, n.2, pp.289-300. ISSN 1413-6538.

DUARTE, E.R.; FERREIRA, M.El.C. Panorama da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Juiz de Fora, MG. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 36, jan./abr. 2010

LAMÔNICA, D.A.C.et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. **Rev. bras. educ. espec.**, Ago 2008, v.14, n.2, p.177-188. ISSN 1413-6538

MENDES, H. da S.F.; BASTOS, C.B.C. Um estudo sobre a realidade da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior no Paraná. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.13, n.2, p.239-256, mai/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-538&lng=en&nrm=iso>.

OLIVEIRA, R.Q.de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. **Rev. bras. educ. espec.** [online]. 2016, v.22, n.2, pp.299-314. ISSN 1413-6538.

PEREIRA, M.M. Inclusão no ensino superior: trajetórias acadêmicas dos alunos com deficiência que entraram na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul pelo sistema de cotas. **Revista Educação Especial**, v. 21, n. 32, 2008.

PEREIRA, R. Reo et al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v.13, n.2, p.239-256, mai/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-538&lng=en&nrm=iso>.

ROCHA, T.B. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 34, maio/ago. 2009